Partido Popular
CDS-PP

Grupo Parlamentar

Assembleia da República
Gabinete do Presidente
Nº de Entrada 108241
Classificação
05.04.02
Data
06.05.05

A Sua Excelência
O Senhor Presidente da
Assembleia da República

Por determinação de Sua Excelência o Presidente da A.R., à DAPLEN
05.05.06

REQUERIMENTO

Nº 229/X (1ª) – AC

À Senhora Ministra da Cultura

MENCIONE-SE
PUBLIQUE-SE
EXPEÇA-SE
9/5/05

Assunto: Embargo ao Túnel de Ceuta

Considerando que:

I. Em 1996, a Câmara Municipal do Porto, então liderada pelo Dr. Fernando Gomes, decidiu construir o Túnel de Ceuta, tendo programado a sua saída em frente ao Instituto de Medicina Legal, do lado direito do Jardim do Carregal.

II. Esta proposta de saída mereceu parecer negativo do IPPAR, sob a alegação de se encontrar muito próxima daquele jardim e do Hospital de Santo António. Apesar disso o Executivo arrancou com a obra em 1999.

III. No ano de 2000, o Presidente da Câmara Municipal do Porto, Eng.º Nuno Cardoso, mandou parar a obra, cuja saída estava então feita junto da entrada do Hospital de Santo António, devido a problemas de escavação e à falta de cobertura financeira.

IV. Em 2002, quando tomou posse o actual Executivo da Câmara Municipal do Porto, a obra estava completamente parada, com a entrada e saída do túnel já escavadas, situação que acarretava, como é óbvio, graves prejuízos para a cidade.

Assembleia da República - Palácio de S. Bento - 1249-068 Lisboa - Telef.: 21 391 70 00 - Fax: 21 391 74 33
E-mail: gp_pp@pp.parlamento.pt

V. O actual Executivo tomou a decisão de levar adiante a obra, tentando encontrar soluções para os problemas criados pelo anterior Executivo, de forma a que o Túnel pudesse finalmente concluir-se.

VI. Assim, em Novembro de 2004, foi apresentada ao IPPAR pela Câmara Municipal do Porto uma nova solução para a saída do Túnel de Ceuta, que incluía uma boca de saída logo no início da Rua D. Manuel II.

VII. Apesar de esta solução ter sido concertada com o IPPAR, este emitiu um parecer negativo em Janeiro de 2005, devido à proximidade com o Museu Soares dos Reis, sugerindo a saída do Túnel junto à urgência do Hospital de Santo António (solução que anteriormente tinha rejeitado), ou na Rua D. Manuel II, mas junto da porta principal do Palácio de Cristal.

VIII. Estas soluções tinham graves inconvenientes, pelo que a Câmara Municipal do Porto apelou ao Governo para que se pronunciasse sobre a questão.

IX. Em Março de 2005, a Senhora Ministra da Cultura pede que a obra pare, na Rua D. Manuel II, sob pena de a embargar.

X. A obra pára, de facto, e inicia-se aqui um impasse que dura até hoje.

XI. A 11 de Abril deste ano, o Senhor Presidente da Câmara Municipal do Porto enviou à Senhora Ministra da Cultura uma carta, propondo uma solução "optimizada" no sentido de ultrapassar o impasse, e que incluía uma saída do Túnel na Rua D. Manuel II, a 15 metros do Hospital de Santo António e a 80m do Museu Soares dos Reis, comprometendo-se a Câmara a realizar todos e quaisquer arranjos urbanísticos que a Senhora Ministra entendesse convenientes.

XII. Até hoje, a Senhora Ministra não respondeu a esta proposta, prolongando assim uma situação de impasse que não beneficia ninguém e a todos prejudica, tendo ainda de forma prepotente embargado toda a obra à superfície.

XIII. Os prejuízos causados pela paragem da obra aumentam de dia para dia, designadamente para os comerciantes que têm os seus estabelecimentos comerciais perto da obra, para a circulação e trânsito em toda a cidade do Porto e para a imagem turística da cidade.

XIV. A tudo isto acresce ainda o exemplo muito pouco edificante ou pedagógico dado por uma obra que se arrasta há cerca de nove anos, e que já esteve anteriormente parada.

Tendo presente o disposto nas alíneas d), e) e g) do artigo 156º da Constituição da República Portuguesa, no número 3 do artigo 12º do Estatuto dos Deputados, e nos números 1 e 2 do artigo 245º do Regimento da Assembleia da República,

O Deputado do CDS – Partido Popular, abaixo-assinado, **vem por este meio requerer**, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, que a Exma. Senhora Ministra da Cultura responda ao que se segue:

1) Quando responderá à proposta enviada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal do Porto, por carta de 11 de Abril de 2005?

2) Quando e como pretende por fim a este impasse, agravado pelo embargo de V. Ex.ª, permitindo que todos os portuenses possam finamente usufruir, não só do Túnel de Ceuta, mas também de uma cidade finalmente livre dos prejuízos que esta questão tem causado na sua qualidade de vida?

Lisboa, Palácio de São Bento, 6 de Maio de 2005.

O Deputado do CDS – PP,

Álvaro Castello-Branco

(Álvaro Castello-Branco)